



### 7.º) Habeas corpus – Telefone celular em presídio

“F” encontra-se cumprindo pena e se vê envolvido em falta disciplinar consistente em posse de celular, considerada de natureza grave, em razão do disposto no art. 50, VII, da Lei de Execução Penal. Apesar de negar a conduta, é prejudicado, em razão do ocorrido, quanto ao seu direito à progressão de regime.

Excelentíssimo Senhor Doutor Desembargador Presidente da Seção Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.<sup>1</sup>

“A” (nome), (nacionalidade), advogada, inscrita na Seccional \_\_\_\_ da Ordem dos Advogados do Brasil sob o n. \_\_\_\_ com escritório na (rua, número, bairro), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência impetrar

#### *HABEAS CORPUS* <sup>2</sup>

com fundamento no artigo 5.º, LXVIII, da Constituição Federal, em combinação com o artigo 647 e seguintes do Código de Processo Penal, em favor de “F” (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), titular de carteira de identidade Registro Geral n. \_\_\_\_, inscrito no cadastro de pessoas Físicas sob o n. \_\_\_\_, atualmente recolhido no presídio \_\_\_\_, apontando como autoridade coatora o MM Juiz da Vara de Execuções Criminais da Comarca de \_\_\_\_, pelas razões de fato e de direito que a seguir passa a expor:

O paciente foi condenado a cumprir a pena de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em razão de sentença monocrática cuja cópia reprográfica acompanha a presente (documento 1).

Ao longo do cumprimento da pena, segundo consta do termo de “comunicação de evento”, emitido pelo Instituto Prisional em que se encontra (documento 2), teria cometido uma falta disciplinar de natureza grave, consistente em posse indevida de aparelho celular.

Contudo, a forma de apuração da mencionada falta, na qual se baseou o magistrado para negar-lhe a progressão, encontra-se irregular.

<sup>1</sup> Os pedidos de *habeas corpus* dirigidos aos tribunais devem respeitar, conforme o regimento interno de cada tribunal, a autoridade judiciária responsável pela sua recepção e distribuição. No Estado de São Paulo, a distribuição é da alçada do Presidente da Seção Criminal. Em outros tribunais, a função pode caber ao Vice-Presidente da Corte. Quanto à concessão de liminar, cabe ao relator, a quem for distribuído o feito. Outras cortes podem estabelecer ser da alçada do Presidente do Tribunal a recepção do *habeas corpus*. Na dúvida, portanto, deve-se encaminhar a este último.

<sup>2</sup> Em *habeas corpus*, deve-se sempre buscar a possibilidade de ser pedida a ordem em caráter liminar, se identificáveis o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. Não é o caso presente, uma vez que se trata de progressão de regime, situação que demanda, ao menos, ouvir as razões da autoridade impetrada.

Instaurada sindicância para a apuração da conduta supostamente indevida e ouvidos somente os agentes penitenciários que efetuaram a revista geral, restou positivada a imputação de posse de aparelho celular ao detento.

Com isso, não houve a emissão de atestado de boa conduta carcerária.

Sem razão, contudo.

Em primeiro plano, cumpre destacar a lesão ao princípio constitucional da ampla defesa. O paciente não foi ouvido em momento algum e não pôde apresentar sua versão acerca dos fatos. Não lhe foi, ainda, indicado defensor. Por tal razão, não pode subsistir a anotação de falta grave em seu prontuário.

Não bastasse, o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, pois a alegada falta disciplinar grave não possuía, à época de sua eventual ocorrência, expressa e anterior previsão legal.

O art. 50, VII, da Lei de Execução Penal, que caracteriza a conduta de posse de aparelho telefônico como falta grave, apenas foi introduzido pela Lei 11.466/2007.

Anteriormente a 29 de março de 2007, quando a referida lei entrou em vigor, a posse de celular encontrava-se prevista como falta disciplinar pelo Regimento Interno Padrão dos presídios, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade penal.

Portanto, o fato imputado ao paciente, porque anterior à entrada em vigência da nova redação do art. 50 da Lei de Execução Penal, não pode ser considerado como falta de natureza grave, em razão da irretroatividade da lei de conteúdo penal mais grave e prejudicial.

Não se trata de simples norma de direito penitenciário, pois a falta grave, uma vez caracterizada, tem o condão de impedir o direito à progressão de regime, medida concernente à individualização executória da pena. Logo, instituto de natureza penal.

Ambas as ilegalidades retratadas podem ser constatadas pela prova documental ora apresentada, dispensando qualquer outra diligência instrutória. Logo, passível de ser avaliada em *habeas corpus*.

Em razão do ocorrido, a autoridade coatora apontada determinou a recontagem do prazo para a obtenção de benefícios, considerando a data da prática da falta. Assim, encontra-se o paciente sujeito a evidente coação ilegal.

Diante exposto, requer-se a concessão da ordem de *habeas corpus*, após serem apresentadas as informações pela autoridade coatora, para que seja a falta anotada no prontuário do paciente desconsiderada, para o fim de avaliar o seu direito à progressão de regime.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Comarca, data

---

Advogada